

Ata da reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (CNPdC), realizada entre os dias dezoito e vinte do mês de março do ano de dois mil e onze, na cidade de Pirenópolis, no estado de Goiás.

Foi adotada uma metodologia nomeada de *Desmultiplicação de força* “Projeto Musculação ou pautando por dentro”.

A metodologia apresentada tem como objetivo potencializar as subcomissões para fortalecer a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Cada subcomissão deve eleger um relator, um coordenador e/ou pelo menos um secretário. Um representante deve ser responsável pelo registro das propostas, outro pelas inscrições e controle do tempo dos participantes e um para coordenar a reunião. É imprescindível que o secretário redija uma pequena ata para documentar todo o processo. Teremos então sete relatores que apresentarão seus textos para a plenária. Cada subcomissão terá a oportunidade de opinar acerca da lista pautada ao longo do tempo. Cada subcomissão é autônoma e ao final cada uma delas se comprometerá em escrever sobre as diretrizes da discussão. As atas produzidas serão disponibilizadas na rede.

A finalidade é terminarmos o encontro totalmente documentados e todos os representantes poderão ter acesso às informações e deliberações (memória sistematizada).

Cada subcomissão tem que estar focada na missão que se tem, portanto se a subcomissão tem como foco a legislação, esse deve ser o seu eixo para discutir todos os temas a serem abordados. As subcomissões podem eleger uma hierarquia dos temas propostos e não há necessidade de que se discutam todos eles.

Os novos integrantes presentes pela primeira vez na reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e os suplentes escolherão uma subcomissão para participar.

Dia 18/03/2011

Apresentação da pauta:

9h – Mística de Abertura – conduzida por Mestra Doci (GT Ação Griô Nacional), Fabrício (GT Capoeira Angola e Regional), Maria Fulgência (GT Cultura e Convivência de Paz).

9h15 – Apresentação da Metodologia dos Trabalhos (Explicação por Davy, Patricia e Leri).

Entrega dos textos (leitura individual ou em grupo)

10h – Conversa sobre Conjuntura da Cultura no Brasil com apresentação de Alexandre Santini e debate com os representantes.

12h – Almoço

14h – Grupos de Trabalhos divididos nas sete subcomissões, para discutirem sobre os temas descritos abaixo.

- Análise de conjuntura do Novo Governo Dilma e seus reflexos no Ministério da Cultura e suas regionais;
- Relatos e impressões das reuniões regionais;
- Apresentação dos GT's e planos de trabalho;
- Definir metodologia e pauta para reunião com o MinC: pagamentos, economia da cultura, marco legal cultura viva, lei griô, CC, LDA, fazer mais reuniões com o movimento;
- Avaliação da pertinência das iniciativas e da situação dos GT's estaduais e temáticos e propostas de reorganização;
- Avaliação do funcionamento da CNPdC, suas subcomissões e o Conselho Político Executivo;
- Calendário de ações, metas e agendas, marcha de mobilização para os debates nas TEIAS REGIONAIS E NACIONAL.

16 – Café

17h – Retorno para as Subcomissões

19h – Reunião entre dois representantes de cada subcomissão e a equipe de relatoria para proceder a sistematização das propostas para encaminhamento à plenária no domingo (20/11/2011).

21h – jantar.

Representantes (relator e secretário) das subcomissões:

Leri – **Sustentabilidade**

Andréa - **Sustentabilidade**

Morgana – **Pesquisa e Memória**

Leandro – **Pesquisa e Memória**

Marly – **Produção**

Estela (ES) – **Produção**

Leila – **Mobilização**

Felippe – **Mobilização**

Lucimar – **Articulação**

Alice – **Articulação**

Gal – **Comunicação**

Nilton – **Comunicação**

Zé da Paz – **Legislação**

Jacqueline – **Legislação**

Relatores: Denísia Martins, Andréa Freire, Marly Cuesta, Wagner Coriolano, Jacqueline Baumgratz, Cintia Salviano e Lucimar Weil.

A reunião teve início às 10h com informes do Pontão. Foi solicitado a todos que entreguem seus bilhetes de viagem (vinda) pessoalmente e será entregue a cada participante um envelope, endereçado ao Pontão (COEPI) para que possam enviar o bilhete de volta assim que retornarem às suas cidades.

Mário falou do novo cenário político nacional. Fez um apelo ao bom senso de todos os participantes, que sejam pessoas sensatas ao longo do encontro. Citou que esse é o momento da Comissão Nacional dos Pontos

de Cultura se reestruturar para demonstrar sua força de trabalho frente à nova conjuntura política nacional.

Patricia sugere uma dinâmica de abertura para uma harmonização de todos os participantes. Explica sobre a dinâmica da reunião considerando a necessidade de novas estratégias de atuação por parte da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Transmite a notícia de que a Ministra, o Secretário Executivo Vitor Ortiz e a secretária Marta Porto não participarão da reunião. Duas pessoas virão participar da reunião representando o Ministério da Cultura: Cesar Piva e Antônia Rangel.

O Pontão apresentou as pessoas que vieram colaborar na sistematização da reunião através do Pontão, são eles: Denísia Martins, Wagner Coriolano e Cíntia Salviano – Equipe de relatoria; Uirá Porã e João Paulo Mehl - Apresentação do sistema de comunicação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura; Alexandre Santini que veio contribuir fazendo uma análise histórica do surgimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura até o momento atual; e Chico Simões (representante dos Pontos de Cultura no Conselho) que fará um breve apanhado do funcionamento do CNPC (Conselho Nacional de Políticas Culturais).

Iniciamos nossos trabalhos com uma dinâmica de apresentação facilitada por Mestra Doci (GT Ação Griô) e Fabrício (GT Capoeira) onde Mestra Doci iniciou com um chamado de harmonia e responsabilidade política por parte de todos dos representantes e após passou para Fabrício (GT Capoeira) que cantou uma música utilizada no Instituto Odun Odara (seu Ponto de Cultura), como atividade integrante do Movimento de Cultura e Convivência de Paz: *Eu sou da cultura de paz e você meu amigo, o que é que faz?*

E cada participante como resposta se apresentava expressando em sua cantoria de onde veio... e qual o seu ofício... Um momento mágico de interação.

Em seguida Davy explicou a metodologia dos trabalhos. Como somos sete subcomissões, cada subcomissão elege 3 pessoas (um relator para fazer a ata, um para marcar tempo e fazer inscrições das intervenções e um para coordenar a reunião tendo como foco o cumprimento da pauta). Após essa fase, dois representantes de cada subcomissão se reunirão com o conselho político e a equipe de redação, para iniciarem a sistematização das propostas para a plenária final. Todas as atas das subcomissões serão anexadas à ata geral.

No processo de compreensão da metodologia:

Leila: as divergências serão rediscutidas na reunião do Conselho Político. Sugere uma inversão de pauta, para que se apresente primeiro o histórico da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, para que as pessoas discutam nas subcomissões já com um nivelamento de conhecimento.

Patricia: a apresentação do sistema de Comunicação ajudará a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a contar sua história. É necessário duas horas e trinta minutos para a apresentação.

Uirá: informa que o sistema ainda não está no ponto de apresentação nesse momento, mas apresentarão no sábado pela manhã.

Leri: sugere que se esgote todo o processo de informes, relatos, falas do Pontão no primeiro dia e que o sábado, 19/03/2011, seja destinado apenas às discussões da pauta elaborada e aprovada pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

A metodologia da reunião foi aprovada por aclamação. Leri sugere a eleição da mesa diretora para coordenação dos trabalhos. Foram eleitos Mário, Leri, Leandro e Lindemberg.

Santini: Falou sobre o histórico da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura desde sua origem no final da Teia de São Paulo até os dias atuais. Sua fala teve duração de 20 minutos. Fez uma exposição oral que está sendo adequada para ser encaminhada para a plataforma do sistema de comunicação da CNPDC.

Histórico apresentado por Santini

Precisamos entender o movimento histórico do qual essa Comissão é fruto. Somos consequência de um legado muito importante da política cultural desenvolvida nos últimos oito anos no nosso país. A partir do governo Lula houve uma Republicanização da cultura do Brasil. Não tínhamos instrumentos claros de ação do Estado em relação à cultura. Éramos um anexo do Ministério da Educação. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura é, portanto, fruto dos avanços na linha das políticas públicas para cultura aplicadas nos últimos oito anos, isso significa que a cultura vem atingindo o processo de maturidade com a efetivação da rede de Pontos de Cultura.

A Comissão é fruto desse processo de Republicanização da Cultura. Houve uma convergência entre setores da cultura que antes caminhavam paralelamente. O debate cultural que se iniciou nos anos 60 e foi interrompido pela ditadura militar. Na análise que se faz, a gestão do Ministro Gilberto Gil trouxe para o debate da política cultural uma convergência inédita na cultura brasileira, (dimensão antropológica da cultura, expressões simbólicas, direito a cidadania, reconhecimento de tradições populares e tantas outras temáticas). Permitiu-se que uma ampla rede passasse a fazer parte da política do país, um marco civilizatório na cultura brasileira.

A compreensão e a defesa desse legado se fazem necessárias. Construir a narrativa desse processo que vivemos e estamos vivendo é o ideal para termos clareza do que estamos defendendo e para onde queremos caminhar.

Os Pontos de Cultura são a potencialização dessa lógica. Este corpo representa um corpo amplo da sociedade que está sendo chamado pela política cultural. Estamos avançando a cada ano, com os Fóruns Nacional e Regionais (TEIAS). A Comissão dos Pontos de Cultura se constitui então para manter uma representação federativa e ampliar uma representação temática, para trabalhar um modelo de participação democrática com uma nova cultura política de forma a exercer a tomada

de decisões. É necessário termos dimensão da responsabilidade deste encontro, tão relevante para a história da política cultural do nosso país. A Comissão deve atuar mais fortemente na pauta legislativa. Devemos ter a capacidade de influir no debate legislativo. É necessário ampliar e conquistar outros espaços de atuação. Precisamos dar um salto estratégico, para assegurarmos e respaldarmos aqui o que já construímos. Estamos diante de um grande desafio. Precisamos entender o que nos trouxe até aqui e o que nos levará pra frente, tendo entendimento da grandeza deste tempo e oportunidade.

Em 2008, durante a realização da Teia Brasília, foi executado o censo dos pontos de cultura por alunos bolsistas da Universidade de Brasília, esse material precisa ser recuperado como uma das referências da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. **Onde está disponibilizado esse material???????**

As BAC's são edificações preparadas para um programa de ação cultural = Pontos de Cultura inverte essa lógica. Precisamos construir uma narrativa coletiva da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Histórico dos Fóruns:

Teia de 2006 (São Paulo): Primeira plenária nacional coordenada pelo Instituto Paulo Freire (+ ou – 500 pessoas), nesse momento ainda não havia sido constituída a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Teia de 2007 (Belo Horizonte): Houve avanços, com a realização dos Fóruns Regionais que elegeram representantes para organização da Teia Nacional. Na plenária nacional foi escolhida a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a partir da realização do I Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Discutiu-se o formato da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura: não apenas federativa, mas temática também.

Teia de 2008 (Brasília): Princípio de democracia direta, com maior controle social, aprimorando o formato em que os pontos de cultura realizaram fóruns estaduais, regionais e/ou temáticos, e que culminaram na realização do II Fórum Nacional com referendo das deliberações locais.

A experiência do Fórum Cultural Mundial realizado no de Rio de Janeiro (São Paulo?), foi a oportunidade de diversificação de atores e espaço. O Ministério da Cultura passa ao diálogo multilateral.

Avalia que o Movimento dos Pontos de Cultura deve assumir sua maturidade, ampliar e diversificar o diálogo, como discutir a pauta legislativa (Marco Legal), inserir lei cultura viva na pauta legislativa, que significará um salto estratégico, caso contrário corre-se o risco de ficarmos sempre numa ação reativa com o poder executivo.

Propostas apresentadas após o encerramento da fala de Santini:

Morgana: Pensamos muito em primeira instância nos problemas. Devemos conseguir ampliar nossas pautas. Este grupo tem capacidade de ser o Movimento mais importante deste país. Agregar valor a nossa pauta significa dialogar com outros grupos. Conseguir avançar como Movimento.

Gilvano: Devemos registrar que naquele momento onde esta parceria estava se formando não se acreditava tanto no trabalho que iríamos desenvolver. Com essa evolução e organização, conseguimos interlocutar com o Ministério da Cultura de maneira mais respeitosa pois nos impusemos. Não foi fácil. Não nos foi oferecida a mínima estrutura.

Morgana: Propõe que as subcomissões se reúnam imediatamente e que a apresentação do sistema de comunicação seja no dia 19/03/2011 às 09h.

Júlio: Afirma que a reunião continue o debate sobre o histórico da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura até o horário do almoço e as subcomissões iniciem os trabalhos no retorno do almoço. **A Proposta foi aceita por aclamação.**

Davy: Diz que esse movimento se inicia não só pelo desejo e convicção de quem estava na Teia de São Paulo, mas chegou num momento em que o próprio Ministério da Cultura sabia que precisava dessa parceria. Nossa vivência atual não nasce só do interesse desse coletivo e sim da fusão dos interesses da sociedade e do Estado, bem como da sensibilidade de Célio Turino.

Leandro: Agradece à participação de Santini. E logo depois coloca que estamos vivendo o momento de traçarmos efetivamente os objetivos da Comissão, para tanto é necessário que se recupere a história que deu origem à Comissão. Solicita a ajuda das pessoas que estão no movimento desde o começo para que a história seja contada em sua totalidade.

Morgana: Afirma que participou da primeira Teia – como governo (Funcionária da FUNARTE) e reconhece a importância do movimento para o avanço das políticas públicas do país, mas acredita que devemos nos agregar a outras pautas (nos unirmos a outros movimentos sociais).

Gilvano: Nem sempre tivemos o apoio esperado do governo para realização de nossas ações. O respeito que conquistamos foi um processo de muita luta e que deve ser respeitado em todas as esferas governamentais.

Claudio: Sugere uma publicação com a história da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Os Movimentos Sociais Culturais lutaram para existência dos editais do Ministério da Cultura e esses significam a vitória política do movimento cultural.

Daniel: Ainda não conseguimos dar um passo enquanto movimento. Devemos ser mais preocupados com os nossos representados. Nosso momento é de articulação. Devemos nos preocupar mais com discurso, queremos representar o que já vínhamos articulando. Ainda ficamos correndo atrás de decisões que já tomamos e deveriam ter sido encaminhadas. Devemos discutir mais os nossos acertos e erros. Temos ainda que dar grandes passos para sermos considerados um movimento.

Odimar: Ainda não estamos maduros quanto à funcionalidade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. As redes estaduais e municipais se distanciaram dos pontos conveniados diretamente com o Ministério da Cultura. Temos uma carência muito grande de aprender. O Estado do Tocantins ainda está muito prematuro, não temos uma relação direta com Ministério da Cultura e com a Comissão. Queremos trabalhar, contribuir e aprender, considerando que nosso Estado carece de recursos e de informação. Solicita atenção especial aos que estão chegando agora

na Comissão para entender melhor onde estamos para ajudar a prosseguir.

Virgílio: Célio foi quem apresentou o projeto dos Pontos de Cultura em substituição às BAC's e isso mudou as diretrizes das políticas públicas para a cultura no país. A Comissão deve se aproximar de outros movimentos, inclusive sindical e também de outros ministérios.

Raimundo Melo: Passamos por um longo processo de aprendizado pelos pontos de cultura: conflitos, dificuldade em lidar com o dinheiro público, poucos funcionários do Ministério da Cultura. Todos os encontros (TEIAS) deram uma contribuição muito grande para o avanço da cultura no país. A leitura é que o desafio era muito grande, pois estávamos quebrando um paradigma e mesmo com grande dificuldade foram realizados os fóruns nas Teias.

Gal Monteiro: Nossos estados nos questionam: Há iluminados que têm acesso a informações privilegiadas? Algumas pessoas têm mais dificuldades para se relacionar com o Ministério da Cultura? Há privilégios? Há editais pensados para beneficiar pessoas ou instituições? Afirma que a Comissão precisa garantir sua independência em relação ao Ministério da Cultura.

Maria Fulgência: Sugere que toda reunião tenha um convidado como o Santini, e que as pessoas escrevam partes dessas histórias no boletim da Comissão.

Zehma: Sugere que os integrantes da Comissão leiam as Diretrizes Prioritárias da Segunda Conferência Nacional de Cultura, afinal o movimento dos pontos de cultura possui um movimento de base. Temos as Teias Estaduais e Regionais, que não podemos perder de vista. Temos um alcance internacional: Mobilização latino americana, pontos sem fronteiras, Europa. Não podemos perder a dimensão de base do movimento.

Nilton: Faz uma análise dos pontos positivos da Comissão. Participa do movimento desde a Teia de Belo Horizonte, observa o movimento de descentralização dos Pontos de Cultura. Acredita que a sustentabilidade da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura via Pontão de Articulação

nos liberta do Ministério da Cultura. Defende o conceito de Teia Comunitária (Pontos de Cultura não conveniados, Redes e grupos culturais fazem parte de nosso movimento).

Leri: Afirma que o relato histórico de Santini foi importante para nos situarmos no momento presente. Acredita que a Teia realizada em São Paulo foi vitrine de propaganda política do governo federal. Avalia o movimento dos pontos de cultura como uma simbiose entre sociedade civil e estado. Essa simbiose nos causa atualmente o sentimento de orfandade. Fomos atores e manipulados em muitos momentos. Atualmente a ilusão dessa simbiose se quebrou. Não somos "ponto.gov", somos sociedade civil e estamos tendo uma grande oportunidade de crescermos enquanto movimento.

Chacon: Afirma que participa do movimento desde o início (2005). Nesses cinco anos ocorreram grandes aprendizados. A Teia em Belo Horizonte foi um grande desgaste da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Todo movimento tem uma bandeira e a nossa deve ser a criação da Lei Cultura Viva. Lamenta não termos aproveitado a Teia Fortaleza para a coleta de assinaturas, assim estaríamos em outra situação nesse momento. Tem muita gente preocupada com a falta de pagamento. O programa Cultura Viva foi o maior programa de políticas culturais no país, mais não foi compreendido e houve muita vaidade por parte do Ministério da Cultura. Neste momento o cenário é outro, perdemos algumas pessoas importantes no contexto (Célio Turino). Precisamos dialogar e traduzir o que pretende desenvolver a nova equipe governamental. Temos que inverter valores junto com essa nova equipe.

Jacqueline: Atualmente o programa Cultura Viva sofre um desmonte que se iniciou com o programa + **Cultura**. Devemos estabelecer um novo formato de relacionamento entre movimento e o Ministério da Cultura.

Érico: Os pagamentos atrasados têm que ocorrer em regime de urgência e são legítimos, cabe à Comissão Nacional dos Pontos de Cultura intermediar o processo de pagamento de maneira que todas as regiões do Brasil sejam contempladas em 2011, sem que se perca a mobilização de toda a rede e a mobilização dos Pontos de Cultura em prol das bandeiras

políticas emergenciais (Lei Cultura Viva, LDA, Lei Ação Griô, PEC's, marco regulatório e etc.). É necessário convergir à construção de estrutura cultural com formação de pessoas. As Praças do PAC estão caminhando isoladamente enquanto deveriam ser pensadas junto ao Ministério da Cultura. Devemos sair do armário e arregaçar as mangas. É ano de mobilização. Temos que dialogar e cobrar do governo. Temos que ser movimento social. Precisamos nos mobilizar em relação ao Marco Legal também.

Lindemberg: Não temos que responder e discutir sobre as questões financeiras do Ministério da Cultura e dos Pontos. Esse distanciamento entre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura com o Ministério da Cultura está sendo importante para o movimento. É uma ruptura necessária para o nosso amadurecimento e a criação de uma nova relação.

Mário: Agradece ao Santini – Avalia a importância do momento – Essa é a primeira vez que nos sentimos detentores da nossa história. O governo Lula acreditou no poder nas mãos do povo, pensamento no qual se insere o Programa Cultura Viva, mas ninguém esperava que o movimento crescesse tanto. Representamos o que há de mais politizado dentro do movimento cultural brasileiro. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura se forma com muitas dificuldades, conceituando um modelo de gestão compartilhada. O Pontão deve ser compreendido por todos os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura como um grande avanço e um amadurecimento do movimento em geral.

Aderbal: Afirma que falta um link dos grupos temáticos com os Estados. Precisamos ter um representante de matriz africana, por exemplo, entre todos os outros Grupos de Trabalho em cada Estado e uma comunicação entre estes. Ter um carinho maior com as culturas matrizes deste país. As informações precisam ser divulgadas.

Joeli: Acredita que o ex Ministro da Cultura Gilberto Gil pensava no movimento cultural como uma metáfora: *Cultura popular faria o seguinte percurso: riacho, rio, mar*. E atualmente atingimos o mar.

Luciano: Devemos ter claro o papel de cada um frente ao coletivo. A relação entre estado e sociedade civil não pode ser entendida como algo paternalista. Mas a partir dessa relação existente podemos construir nossa autonomia. Nossos direitos precisam ser garantidos, a partir de nossa movimentação política. As Praças do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) não são conflitantes com os Pontos de Cultura. Nós podemos disputar recursos nesse setor também.

Marly: Agradece ao Santini e afirma que devemos saber amadurecer visando conquistar autonomia e independência. Temos que saber exigir nossos direitos. Não podemos ignorar nossas regionais. Precisamos aprender a trabalhar com, para e pelo coletivo. Lamenta muito que a Ministra e sua equipe não possam comparecer à nossa reunião. Acredita na continuidade do diálogo entre o movimento e o Ministério da Cultura na base do respeito. Devemos trabalhar para garantir independência e conquistarmos novas parceiras.

Laélia: Afirma ter aprendido muito nos encontros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Nós ainda não somos um movimento maduro. Não tivemos espaço para discutir sobre a criação de novos GT's visando contemplar todas as linguagens artísticas, como é o caso das Artes Visuais.

Encerrado o tempo para o debate a palavra foi repassada ao Santini para suas considerações finais.

Santini: Afirma que o debate ocorrido foi uma reflexão com conteúdo, um *brainstorm* (tempestade de ideias). Vivemos uma crise, mas também um momento de oportunidade. Essas contradições podem ser positivas.

A reunião da Comissão é um importante espaço de reflexão coletiva. Estamos tendo chance de fazer um debate de conteúdo. A contextualização foi provocada pela minha fala e pudemos abordar vários temas.

Importante permitir esta discussão de conteúdo, pois ela orienta nossos passos. É momento de crise mais também momento de grande oportunidade para o amadurecimento do movimento. A relação entre

Estado e Sociedade é contraditória, mas não significa um problema. Nossa história é cheia dessa contradição em todos os segmentos.

O Movimento sindical do Brasil foi criado pelo Estado e só depois conquistou uma autonomia. Nosso caso não é isolado, temos que saber como dar o salto qualitativo. A crise gera oportunidade para que possamos construir novos caminhos. Saímos de uma relação bilateral para uma relação multilateral onde podemos ter interlocução com outros movimentos.

Há uma redução gravíssima no nosso orçamento que já trará uma relação tensa, gerando uma conjuntura de resistência. Devemos ter serenidade para tratar destes assuntos, mas é momento de reajuste. Vamos avançar nessa relação multilateral. Temos a responsabilidade de criarmos agendas propositivas, com Secretaria Geral da Presidência, Ministério das Comunicações, Direitos Humanos, entre outros. Devemos acreditar que na contribuição do Programa Cultura Viva tem a ver com a consolidação da democracia brasileira. A Frente Parlamentar de Cultura está se reconstituindo e tem um conselho consultivo (sociedade civil), que será ampliado e o programa cultura poderá integrá-lo. Não precisamos apenas administrar crises, mas podemos construir alternativas propositivas.

O período da tarde foi dedicado às discussões das subcomissões e está relatado em atas individuais, que também serão postados para apreciação de todos os participantes.

Dia 19/03/2011 – Período da manhã

Apresentação do sistema de comunicação, por Uirá e João Paulo Mehl.

João Paulo: Explica que o sistema está lançado em versão "beta" no endereço www.pontosdecultura.org.br, tiveram um prazo de 28 dias para o desenvolvimento. Neste sistema, toda a rede tem a possibilidade de acompanhar a participação dos representantes da CNPdC, podendo opinar, criticar, sugerir e é o onde os representantes poderão sugerir pautas, votar nas que acredita que devem entrar em discussão, contribuir

com o debate de determinada pauta, propor encaminhamentos e votar nas propostas.

Como o sistema ainda está em "beta", vamos encontrar alguns defeitos, no entanto, estes não comprometem o uso do sistema, mas que quando identificados serão corrigidos o mais breve possível. Todos aqui podem contribuir para essa melhoria.

Vamos ao sistema:

O espaço da logomarca é onde sempre poderemos voltar para a página principal. Ao lado direito da logo temos o espaço de login, que quando você estiver "logado" terá acesso aos seguintes itens (ver o meu perfil/ editar o meu perfil/fazer o logout).

Mais abaixo temos a parte de notícias, uma maior, a principal e outras duas. São informações dinâmicas, que podem ser feitas tanto pela Comissão quanto pelos representantes. Ao lado direito temos uma descrição do sistema. Destaco que todos estes textos podem ser mudados. Abaixo temos os botões: como participar / cadastre-se. As definições de quem será cadastrado serão discutidas ainda nessa reunião.

No final temos a apresentação do plugin, que é o sistema de Deliberação da Rede Nacional de Pontos de Cultura.

O sistema é organizado em três processos de deliberação:

Inicia-se com proposta de pauta que só pode ser criado pelos representantes. Para que a proposta de pauta entre em discussão é preciso ter um número mínimo de votos (que deverá ser determinado pela Comissão) para que seja aceita e entre em discussão. Também é necessário definir quanto tempo a proposta ficará disponível para conseguir estes apoios.

Após definido isso, entra-se em discussão, onde os representantes poderão participar do debate com comentários ou propondo encaminhamentos, que serão votados. Poderá ser feita uma proposta de encaminhamento ou apenas um comentário em relação à proposta de pauta em questão. Os representantes da Comissão Nacional dos Pontos

de Cultura podem propor a pauta, mas não podem comentar a proposta. É um sistema de plenária virtual.

O sistema está aberto para ser avaliado por todos os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, para que haja uma contribuição no aperfeiçoamento da ferramenta democrática.

Vale destacar que preparamos o sistema para que ele possa ser replicado facilmente, e como é em código aberto, é possível que qualquer pessoa com conhecimentos técnicos em Wordpress possa fazer uso da ferramenta, isto é, não existe dependência de nenhuma pessoa ou empresa, ele é livre, é da comunidade.

Foi constituída novamente a mesa para encaminhamento das discussões.

Davy: Sugere a criação uma lista de discussão só das subcomissões no portal.

Rodrigo: Diante da dificuldade de reuniões on-line, que a ferramenta permita um chat imediatamente.

Zehma: Existe possibilidade de um representante votar duas vezes na mesma pauta? A resposta é negativa.

Niltom: As subcomissões devem ter o direito de replicar o sistema. O suplente deve poder votar nas pautas assim como nas reuniões presenciais.

Maria Fulgência: Pergunta se o sistema consta de uma colméia para os blogs dos GT's. Como fica a questão de valores sobre a assessoria para os interessados em replicar o sistema: GT's e Subcomissões.

Uirá: A subcomissão de Sustentabilidade está discutindo como captar recursos para que a mesma equipe possa trabalhar na manutenção do portal. O portal é um ambiente Beta para teste, isso dificulta a replicação para todos os GT's estaduais e temáticos. Para que o sistema seja replicado, basta que algum desenvolvedor ligado aos pontos ou às representações estaduais possa fazer as adaptações necessárias. Sugere que o portal seja utilizado pelo menos durante um mês para que possa ser replicado. Esse período é para testes e adaptações. Discussões on-line

não estavam previstas no projeto original, será estudado como poderá ser acrescentada essa ferramenta (poderá ser criada uma ferramenta nova ou usar alguma já existente). O número de representantes deverá ser definido nessa reunião. Como será a regra de participação dos representantes?

Mário: Qual o número necessário de participantes para validação de uma pauta? Qual o prazo necessário para uma pauta ficar no ar para aprovação?

Nilton: Os temas mais políticos serão discutidos nas subcomissões, nesse momento continuaremos com os esclarecimentos técnicos.

Luciano: Precisamos de ferramentas para o uso cotidiano da CNPdC. Indica uma ferramenta de sistema de gestão e se dispõe elaborar um projeto de capacitação para gestores.

Leila: Critica o *template*. A cor da fonte não está legal no que se refere à acessibilidade, apresenta dificuldade para quem trabalha com Griôs ou para quem tem dificuldade visual. Acessibilidade é questionada. Como fica a visibilidade dos temas prioritários da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura?

Geo: Parabeniza a equipe de desenvolvedores. Há possibilidade de criar uma ferramenta tipo “facebook dos pontos”? Há possibilidade de se criar uma ferramenta de busca/pesquisa interna?

Lindemberg: Como fica a questão das votações considerando que os votos são da representação de um coletivo? Alguém desse coletivo pode alterar o voto do representante?

Daniel: Não é a ferramenta apenas que poderá resolver os problemas da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. As deliberações on-line devem ser respeitadas pelas plenárias presenciais. Essa é uma deliberação que deve sair desse fórum.

Virgílio: Devemos constituir uma comissão (conselho editorial) para o site? Essa Comissão não é para censura, mas que possa evitar publicação de conteúdos ofensivos.

Mário: Temos duas posturas diante da nova ferramenta: uma militância para que a ferramenta possa ser cada dia mais aprimorada por parte dos

Pontos de Cultura. A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura tem possibilidade de gerar sustentabilidade para o aprimoramento necessário via novos editais ou uma cotização entre os representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Aderbal: Como usar a ferramenta no sentido de gerar sustentabilidade dos pontos?

Morgana: Recebe a ferramenta como um foco burocrático da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. As subcomissões não estarem presentes no surgimento da página da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura demonstra que ela nos servirá apenas como uma página burocrática e não reflete a totalidade do fazer da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Uirá: A forma como está disposto o site é uma decisão conceitual. Todo mundo fala que tem conteúdo, mas poucas pessoas disponibilizam quando solicitados. Cada membro vai se cadastrar, mas ainda não poderá criar pauta. Para isso, será necessário enviar um e-mail para a lista da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. A logomarca da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura ainda está em processo de seleção. Tudo é possível no sistema, desde que seja discutido politicamente e financeiramente. É necessário um diálogo efetivo entre as equipes: desenvolvedores do site e desenvolvedores do cadastro nacional dos pontos cultura. Sobre acessibilidade: todos podem acessar e registrar. Produção de conteúdo está sendo recebida pelo Pontão.

Leri como parte integrante da mesa coordenadora dos trabalhos faz o seguinte encaminhamento:

As subcomissões devem refletir sobre as seguintes questões:

- Moderação (política editorial para monitorar conteúdos). Notícias, publicações e eventos. Qualquer comentário entra ou precisa de moderação?
- Deliberações: Quantos representantes serão inscritos? Titulares e suplentes devem ter o mesmo peso? Qual o número de representantes deve ser cadastrado?

- Quantas pessoas precisam aceitar a pauta para que ela entre no ar? Para validar uma pauta são necessários quantos votos?
- Quanto tempo a pauta fica no ar?
- Quanto tempo as discussões permanecem em sistema de votação?
- Quando não há encaminhamento a pauta cai automaticamente no arquivo?

Morgana: O site é do movimento dos Pontos de Cultura e não um site de publicação das atividades dos Pontos. A política editorial deve ser moderada nesse sentido.

O relato a seguir diz respeito às propostas discutidas nas subcomissões sobre a metodologia do diálogo com os representantes do Ministério da Cultura.

19/03 TARDE

ARTICULAÇÃO

A postura dessa comissão é de escuta, contudo temos algumas questões prioritárias para possíveis questionamentos:

- 1) Quais as perspectivas do Ministério da Cultura em relação ao Programa Cultura Viva?
- 2) Quais são as mudanças efetivas do Programa Cultura Viva considerando o corte orçamentário imposto ao Ministério da Cultura?
- 3) Qual a viabilidade financeira para as Teias regionais e nacional?
- 4) É de interesse do movimento em manter diálogo aberto com o Ministério da Cultura.

5) Possibilidade de reuniões periódicas entre Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e o Ministério da Cultura. (Esse item é uma afirmação da Subcomissão de Articulação).

PESQUISA E MEMÓRIA

Não discuti especificamente sobre esse assunto, mas afirmaram querer receber com carinho os representantes do Ministério da Cultura.

LEGISLAÇÃO

Não elencou perguntas específicas. Optou por ouvir os representantes do Ministério da Cultura e afirmar que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deve recebê-los com respeito e elegância. Sugere que no dia 20/03/2011 seja feita uma carta breve a ser enviada à ministra Ana de Hollanda e afirmam ter uma proposta escrita já formulada.

COMUNICAÇÃO

Propõe que a Comissão receba os representantes do Ministério da Cultura com elegância, escute e ao final, que a plenária não se pronuncie, apenas agradeça a presença e continue seus trabalhos. Será redigido um documento ao Ministério da Cultura para apontar a necessidade de uma reunião com a ministra Ana de Hollanda. E que Ministério da Cultura arque com as despesas de viagem de todos os representantes da Comissão que participarem dessa reunião. Ouvir, agradecer e seguir trabalhando, sem perguntar nada.

PRODUÇÃO

Concorda que a plenária deve ouvir primeiro. Afirma que temos um governo de continuidade, portanto queremos a continuidade também das políticas públicas do governo Lula. É preocupante sobre a questão da Teia e os pagamentos dos editais e prêmios.

SUSTENTABILIDADE

Diante de um convite formal que foi encaminhado à ministra Ana de Hollanda, ao secretário executivo Vitor Ortiz e à Secretária da Secretaria da Cidadania e Diversidade Cultural Marta Porto, que por motivos vários não comparecerão, foram indicados dois representantes desse Ministério com pouco ou nenhum poder de decisão. Afirma que a plenária deve oferecer uma resposta meramente protocolar. Sugere que seja definido um tempo para exposição do Ministério da Cultura, com posterior agradecimento aos representantes presentes e que seja feito convite para um café.

RESPOSTA DA MESA

A mesa entende que foram apresentadas duas propostas:

- 1) Receber os representantes do Ministério da Cultura, ouvi-los e sem questionamentos. O silêncio falará por si.
- 2) Que os representantes falem, a plenária ouve e estabeleça um diálogo com os representantes do Ministério da Cultura.

Como apenas a subcomissão de Articulação propôs um possível diálogo foi decidido por aclamação e 3 abstenções, que a plenária não se pronunciará, apenas ouvirá os representantes do Ministério da Cultura.

Esclarecimentos:

Luciano: afirma que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não reconhece nos representantes do Ministério da Cultura, presentes na reunião, a autoridade com a qual o movimento quer dialogar.

Geo: Explicita que a plenária votou por não estabelecer diálogo com os representantes do Ministério da Cultura, e se essa for questionada sobre suas dúvidas deve responder apenas, que as demandas da Comissão foram encaminhadas ao Ministério da Cultura na carta de Pirenópolis.

Nilton: Reafirma que as nossas demandas já foram encaminhadas ao Ministério da Cultura.

Lucimar: Afirma que a Comissão já encaminhou suas questões ao Ministério da Cultura.

Zehma: Abriu mão de sua fala por se sentir contemplado nas falas anteriores.

Em seguida os representantes do Ministério da Cultura foram convidados a compor a mesa de trabalhos.

Relatar a dinâmica da apresentação dos representantes do MinC, considerando que houve a fala de Antônia Rangel e César Piva para que haja nexos do que foi apresentado por escrito. Registrar o silêncio da Comissão durante e os aplausos ao final.

Propostas apresentadas por escrito pelo assessor Cesar Piva:

GESTÃO - Central de Soluções:

- *criar um espaço organizado no âmbito da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural com recursos técnicos e humanos capazes de estabelecer rotinas e procedimentos de atendimentos emergenciais;*
- *Criar um sistema de ouvidoria e atendimento online e telefônico com manuais de orientações gerais e específicos, com a identificação, triagem e distribuição, caso a caso;*
- *criar um grupo de trabalho treinado e orientado para encontrar soluções diferenciadas para as diversas situações encontradas, com um olhar humanizado, qualificado e aprofundado, para todos os seguimentos no âmbito do Programa Cultura Viva;*
- *identificar iniciativas no âmbito do Ministério da Cultura, que possam envolver de forma integrada as diversas Secretarias, Entidades vinculadas, em especial, o Iphan e as regionais, na descentralização de processos no âmbito do Programa Cultura Viva;*
- *criar um sistema de gestão financeira que estabeleça um cronograma de curto e médio prazo, capaz de honrar todos os compromissos assumidos*

na gestão anterior do Ministério da Cultura para todos os processos, convênios e prêmios, por meio de critérios precisos e transparentes;

- criar espaço de consultas e participação no âmbito dessa Central de Soluções para que a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura possam contribuir em todo o processo.

DIALÓGOS - Agenda Positiva:

- construir de forma colaborativa com a Comissão Nacional de Pontos de Cultura e as Regionais do Ministério da Cultura;
- um cronograma de encontros de diálogos conceituais, territoriais e temáticos, com todos os pontos de cultura nas diversas regiões do país, envolvendo ainda, outros setores culturais, como por exemplo: coletivos, grupos, laboratórios e universidades;
- um cronograma de encontros específicos com as redes e pontões de cultura, para seguimento e ou áreas no âmbito do Programa Cultura Viva;
- um cronograma de participações e contribuições com as TEIAS regionais;

INSTÂNCIA DE PARTICIPAÇÃO

- Conselho Consultivo do Programa Cultura Viva:
- Retomar e estruturar o Conselho nesse novo contexto com a participação de membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, envolvendo também, personalidades da cultura nacional, instituições da sociedade civil e outros órgãos e Ministérios do Governo Federal.”

• 20/03/2011

A abertura dos trabalhos se deu com uma divisão em grupos objetivando a finalização das propostas das subcomissões para serem encaminhadas à plenária, bem como as formas de moderação no Site:

Apresentação feita pelo Mário:

- Por consenso quem moderará o site é a subcomissão de Comunicação;
- Será apenas um voto no site por cada GT. Os GTs terão que ter discernimento e eleger quem poderá votar. Em breve todos poderão votar. Por enquanto ainda não temos recurso;
- A maioria decidiu que é preciso que tenha 20% dos membros, ou seja, doze votos para que uma ideia vire pauta;
- Prazo de votação para que uma proposta vire pauta é de 10 dias, caso essa proposta não se transforme em pauta ela vai pra uma lista de espera que ficará 60 dias para que possa voltar a ser uma proposta de pauta;
- Se virou pauta, a proposta terá um tempo de discussão de 10 dias. Decidido pela maioria;
- Subcomissão de mobilização estava toda fora da votação, pois estavam trabalhando com as atas;
- A pauta terá 10 dias para receber comentários ou encaminhamentos. Se estes comentários forem encaminhamentos (propostas) que se transformaram em resolução terão apenas três dias para serem votadas. A partir daí vira resolução. Se for transversal a todas as subcomissões ela tem que ser colocada em prática;
- A votação da resolução é maioria simples dos votantes. Não de todos os membros, pois nem todos vão votar.

Participação de CHICO SIMÕES - Representante dos Pontos de Cultura no Conselho Nacional de Cultura (mandato 2010/2012, que se encerra em março de 2012).

Chico Simões: A pauta do ano passado foi dedicada ao Sistema Nacional de Cultura e ao Pró-Cultura. Contudo a cada reunião surgiam pautas que deviam ser determinadas antecipadamente. Tem sempre as pautas corporativas, setoriais. Chico Simões acompanhou a pauta do Pró-Cultura e do Fundo Nacional de Cultura junto ao Congresso Nacional. Depois o Conselho passou por momento de tensão interna. O próprio Ministério da Cultura apresentou divergências na gestão. O Conselho

convocou uma reunião para os dias 5 e 6 de abril, mas ainda não temos pauta. Será uma reunião de apresentação da nova gestão e dos pensamentos de como deve ser essa condução dos trabalhos. Temos acompanhado a Proposta de mudança da lei de direito autoral e outras questões. É o momento propício para apresentação da Lei Cultura Viva, se essa for a decisão da Comissão. A pauta desse coletivo é o que eu vou defender independente da minha particularidade. Estamos em construção dessa relação. Eu não estou na grande lista do movimento, pois o Robson excluiu meu nome da lista de discussão, mas estou me comunicando com a conselho executivo da CNPDC a partir do momento que ele foi constituído, ou seja desde de novembro de 2010. A partir desse momento (março de 2011) quero reivindicar um espaço no site, para a representação do Conselho Nacional de Política Cultural, pois por meio, desse espaço vou postando os relatórios e as questões que estão sendo discutidas.

O edital que foi lançado dos 300 milhões que eles encerrariam em dez de dezembro. Tinha um grupo que achava que deveria ser fechado esse edital antes de 31 de dezembro publicando os contemplados. Essa ação colocaria 300 milhões dentro do movimento cultura. Outro grupo achou que deveria adiar.

Todo mundo conhece a lei 8.666, a Lei dos Convênios que nos coloca no mesmo patamar de grandes empresas. O Estado brasileiro não tem uma legislação específica pra se relacionar com o Terceiro Setor. Por isso sofremos com interpretações de cada gestor com relação ao processo de prestação de contas. A anistia contábil é perfeitamente possível. Nosso problema é todo político. Estão fazendo oficina de prestação de contas desde o início do programa, o problema não é técnico contábil, mas político. Depois que Gilberto Gil saiu ficou uma situação muito tensa entre Célio Turino e Juca Ferreira. A Secretaria da Cidadania Cultura começou a ser bastante vigiada. Havia uma tensão política entre a cidadania do Ministério e cidadania cultural.

O momento é propício para que avancemos. Na opinião pública a imagem das ONGs ficou arranhada e devemos cuidar dessa imagem. O que não

existe é uma lei específica e o que muda é a interpretação de como deve se proceder com a gestão desses recursos. Fomos mal orientados, é obrigação do Estado nos orientar. O Célio Turino escreveu um artigo no meio desse movimento autorizando replicar em outras listas falando disso, podendo nos ajudar numa construção legal da argumentação.

O documento que sair daqui tem que ser uma resolução bem clara e quando apresentarmos para a Ministra tem que ser claro que queremos essa anistia.

Hoje faço uma análise diferente da que eu fazia em 2010. Os movimentos foram se alinhando com suas forças políticas para poder mudar. Tem questões subjetivas da minha análise de conjuntura. Cabe a cada um fazer valer sua reflexão. Quero dar a informação mais aberta possível para que cada um construa sua análise nessa conjuntura. Ano de 2010 foi muito tenso politicamente. Quando Gilberto Gil era o ministro da cultura tínhamos muito mais espaço.

COMENTÁRIOS e PERGUNTAS:

Júlio: Nossa relação contigo tem que estar mais estreita já que você nos representa no Conselho. Quero reafirmar a necessidade de te ouvir mais vezes, ouvir suas opiniões. Sinto-me num processo de formação política, quero ouvir pessoas mais experientes para me formar. Qual a sua posição em relação a dois aspectos:

- 1) Lei Cultura Viva e anistia. O que você colocaria como pauta do Movimento?
- 2) Qual a sua opinião em relação a pauta e postura junto ao Ministério da Cultura?

Chico: Quero ver com vocês qual será a nossa postura. Fomos pegos de surpresa com as mudanças, como a fusão de duas importantes secretarias. Não houve diálogo. Lutamos para que houvesse continuidade. Vimos uma ruptura com o que estava dando certo e um passo atrás em relação a algumas questões que tínhamos avançado. Fico também na dúvida se devemos ir para o embate. Esse é o momento de tentarmos

continuar a conversar. Frente a frente movimento com a Ministra. Todos os estudos apontam, o Programa Cultura Viva como o movimento cultural mais forte desse país, está sendo seguido por vários outros países como modelo. Só o Ministério que não está nos reconhecendo? Temos que ter postura firme. Se Ana de Hollanda vai continuar ou não, não é uma deliberação nossa, temos mesmo é que fortalecer a nossa posição. Se ela enrolar muito e falar não para nossa pauta normal, que o movimento conquiste esse espaço. No momento creio que queremos continuar a conversar. Lei Cultura Viva e anistia contábil é o foco.

Sobre a minha comunicação com o Conselho Executivo, eu não tinha os contatos de vocês por não estar mais na lista. Quando eu soube que aqui em Pirenópolis saiu um Conselho Executivo eu busquei o email de cada um e mandei uma comunicação dizendo que vou me reportar a vocês. Repassem as questões para o Movimento em geral. Não chegamos a ter diálogos. Selecionei emails e vi que tinha agora como me comunicar.

Mario: Temos uma série de subcomissões mais a subcomissão de Articulação pode trabalhar a questão política, temos que discutir uma articulação política. Enquanto as atas não subirem temos que discutir nossa mobilização política. Pergunto qual é a visão do conselho sobre tudo isso que está acontecendo com o Movimento? Como o Conselho recebe as suas contribuições?

Chico: Todo mundo fala em ponto de cultura. Todos falam, não só o Conselho. Só que não tem encaminhamento em relação aos problemas que estamos vivendo. Somos usados como exemplo, somos bem vistos por todos, pois sabem que é um movimento que repercute. Todos querem muito bem e falam muito bem, mas quando surgem as questões e as demandas o conselho é muito corporativo. Cada um puxa para o setor que está representando. Falta a nós nos constituirmos como força política partidária que tem bem claro a sua pauta.

Geo: O discurso da anistia é fundamental. Deveríamos ter algumas bandeiras. Anistiar, ampliar e democratizar. Eu quero meu Ministério da Cultura de volta. O que você acha dessa bandeira de luta?

Chico: Tenho dúvidas com relação a: “quero meu Ministério da Cultura de volta”. Queremos que essas políticas sejam implementadas e respeitadas, que o que se começou se conclua. Queremos avançar e continuar. Não queremos derrubar ninguém nem voltar ninguém pra algum lugar, o que nos interessa são as políticas públicas.

Erico: Agradece as informações trazidas e pontua que seria importante haver interlocução de Chico com a subcomissão de Articulação da CNPDC bem como um dialogo constante das pautas políticas do CNPC para com o pleno da CNPDC. Pergunta sobre a composição e correlação de força entre os conselheiros do CNPC. Existe um mapa dos conselheiros ali presentes? Queria saber se já existe uma agenda política pra 2011 e se há perspectiva de data pra próxima Conferência Nacional de Cultura.

Chico: Não temos pauta não temos agenda, o coordenador saiu e foi para o Ministério da Justiça. Estamos meio soltos em relação a isso. Com relação aos parceiros prometo construir um relato do que foi o ano de 2010, para termos uma ideia mais concreta de como agir junto ao Conselho. O Conselho não é um fórum de deliberações das políticas desse país. Ele referenda a política do Ministério da Cultura, é muito pró-forma. A pauta quem estabelece é o Ministério da Cultura e cada linguagem apresenta a sua pauta mais não significa que isso vá se transformar em política. Nós apresentamos moções, aprovamos moções mas elas não se transformam na prática em políticas. Também vai do estilo pessoal, não acho que adiante naquele ambiente ficar insistindo para falar, pois não haverá mudança e consequência. Eu prefiro fazer a partir desse movimento aqui uma articulação com outros setores que estão lá representados. Daqui para frente temos que construir juntos.

Claudio: Todas as vezes que a Comissão se reunir, o Chico Simões deve estar presente. Outra questão: Lá no Conselho temos condição de colocar a cultura de forma mais abrangente dentro dos ministérios. Temos essa relação de dialogo da cultura com outros ministérios. Creio que a cultura é estruturante no país. Podemos fortalecer essas ações de buscar parcerias com outros ministérios? Isso passa por lá?

Chico: Nós podemos pautar o Conselho, ainda não fiz isso até agora. O Conselho carece disso. De uma compreensão do seu papel para a história do movimento cultural do país. Se alguma coisa eu consigo ler do grupo da gestão do novo Ministério da Cultura é que ela está se distanciando da cultura pra se preocupar com arte e artistas. A cultura é tudo que agrega valor simbólico. O documento que sair daqui é o documento que vou apresentar. Aproveitar que o Conselho está retomando as atividades para apresentar uma pauta e daí poder cobrar, embora não seja uma instância de decisão e deliberação. O nosso campo mesmo é o próprio movimento e a relação direta com o Ministério da Cultura.

Em Brasília a minha casa está à disposição de qualquer um de vocês. Se quiserem ir para Brasília podem contar com minha casa para ficar, para dormir e para comer.

Leri Faria recita o poema: **O silêncio não inocente** escrito por Davy.

Discussões sobre o site

O João Paulo expôs a metodologia do Site, que é uma primeira proposta a ser aprovada pelos participantes da CNPdC.

No Site, há espaço para a questão identitária (dados do representante e dos participantes do público), questão política (por exemplo, quem vota, quem debate, quem delibera a circulação da história da comissão e do movimento etc.), enfim, questões de economia, de sustentabilidade e outras.

Em uma das falas do debate, o Luciano apresenta uma ferramenta complementar para a gestão da atividade da Comissão. A ferramenta inicialmente prevê a articulação de questões dos grupos, dos ponteiros e ponteiras, com as quais a CNPdC tem a ver. Uirá realça que depende dos pontos enviarem conteúdos. O Site teve a ideia de organizar várias demandas que estavam dispersas ou subsumidas no processo. "O céu é o limite", metáfora usada pelo João Paulo, refere-se a algo que pulsa como ansiedade para muitos. Em outras palavras, tem como aperfeiçoar o sistema e incluir outras necessidades da Comissão.

As subcomissões precisam deliberar sobre a moderação: política editorial (quem aprova a notícia? o que vai para o ar? o que será feito a respeito de eventos etc.). O Luciano faz uma distinção entre moderação e política editorial. Quanto ao segundo item, entendemos que o GT Comunicação tem a incumbência de gerar os critérios e normas de publicação; o GT Legislação deve gerar um código de ética da página (que deverá estar baseado no Regimento e nos marcos do Programa Cultura Viva).

Plenária com representantes dos GTs para finalizar a questão do Site

Votação

Quórum - Uma proposta (demanda) vira pauta, no nosso entender, com 20 % de aceitação por parte dos representantes da CNPdC. As propostas não aceitas ficam guardadas numa lista de espera, até que haja nova ativação. Esta ativação será feita a partir de dias decorridos da primeira apresentação, a ser combinado pela CNPdC. Nós sugerimos que sejam passados 60 dias e seja solicitado.

Prazo - (é possível ter dois prazos, desde que haja uma gestão do administrador). Sugerimos que sejam dois prazos: Urgente, terá cinco dias; Ordinário, terá 15 dias. A pauta não recebeu encaminhamento, poderá ter o prazo prorrogado.

Regime - Após o período de debate e encaminhamentos (poderá ser feitos comentários ou encaminhamentos), será o período de votação. As propostas de urgência de 72 horas e as propostas ordinárias 168 horas para questões ordinárias.

DISCUSSÃO PARA DEFINIR O NOVO ENCONTRO DA COMISSÃO NACIONAL DOS PONTOS DE CULTURA

As deliberações que se seguem foram decididas por consenso:

- O próximo encontro será em Brasília

Leila: Propõe que comecemos várias mobilizações em 30 de março. A partir daí já começamos fazer o cadastramento dos pontos de cultura, para que no dia 18 de abril, já estejam acontecendo atos, audiências públicas nas diversas regionais. Uma pauta que estamos colocando é a

Lei Cultura Viva, o restante cada Estado deve estabelecer as suas necessidades. Paralelamente os Estados já se organizam para que na segunda quinzena de maio façamos um ato, que é a caravana de Brasília, para uma audiência com a Dilma. A representação que estiver nessa frente já sairá com uma tarefa que é de articulação de todo o movimento. Uma audiência com a Dilma deve ser solicitada para falarmos sobre o orçamento do Programa Cultura Viva. O próprio Ministério da Cultura tem interesse em estabelecer o diálogo. Não pretendemos engessar a Ana de Hollanda, mas temos como objetivo sentar e sensibilizar a Presidência, o Ministério do Planejamento e outros setores.

Davy: Estamos presenciando um momento tão bom, que não podemos nos permitir frustração. Antecipar muito a nossa vinda corre risco, pois precisamos mobilizar dinheiro para nos organizar. Melhor se estender ao limite para maio ou início de junho, isso seria mais real. E ao invés de pensarmos em termo de Ministério devemos pensar em termo de Gilberto Carvalho (Secretário Geral da Presidência).

Zehma: Essa agenda para março ou abril é complicada deveríamos pensar essa mobilização para maio ou junho.

Fábio: Quem sabe poderíamos tirar como encaminhamento essa bandeira de mobilização agora? Proponho o encaminhamento sobre esse encontro no final de maio, nesse momento devemos investir em mobilização do movimento.

Chacon: O que me preocupa é se já temos calendário das Teias relatado nas atas. Devemos verificar as datas das teias regionais, estaduais e temáticas antes de iniciarmos o processo de mobilização, visando desencontros.

Geo: No mês de abril daria pra fazer as teias regionais todas. Se cada região quiser fazer suas teias regionais em tempos diferentes creio que é possível. Temos que nos mobilizar. A questão das teias, eu defendo isso fortemente, mas acho que existem prioridades antes das teias. Pagamentos por exemplo. Mas, se cada grupo tem condição de fazer sua teia tudo bem. Mas não podemos esquecer que temos algumas bandeiras, em comum: anistiar, ampliar e democratizar.

Jaqueline: 1º de maio é uma data boa, pois o Brasil todo estará celebrando o dia do trabalhador. Seria uma boa data, já que somos trabalhadores de cultura. Só temos duas horas a mais de reunião e ainda não tivemos um momento de destaque para discutirmos a Lei Cultura Viva. Eu trouxe sugestão da minha base para colocar no projeto de lei.

Cláudio: A questão do 1º de maio é legal, mas temos que refletir se não vamos diluir o impacto da ação. Podemos pensar dia 18 de maio. Concentrar todos no mesmo dia em nível nacional, pois isso causaria impacto. Não deveríamos nos diluir. Mas o momento agora não é só questão do cumprimento dos nossos planos de trabalho, mas da política que temos que desenvolver pró Lei Cultura Viva.

Jacqueline: Minha proposta era apenas para somar com a questão do trabalhador. PT, partido dos trabalhadores.

Leri: É possível que o contato com a presidência possa abrir frentes que nos pautem. Vamos imaginar duas datas para decidirmos. Abril parece que é um consenso. Temos proposta do dia 18 de maio (semana santa), data complicada em termos de custo para nossa viagem. Estamos tentando estar em Brasília pra uma mobilização mais precisamos dos três dias de encontro. Uma boa data é 27, 28 e 29 de maio. Assim as regionais têm mais tempo para se mobilizar. Realizaríamos a reunião da Comissão com um dia extra para realizarmos a caminhada. Dia 27 faríamos a caminhada. Se quisermos chamar a atenção do pessoal de Brasília tem que ser terça ou quarta. Quarta tem reunião parlamentar. Melhor seria então domingo segunda e terça. Quarta a caminhada.

Leila: Encaminhamento de proposta - terça e quarta, melhor dia de caminhada nada melhor do que nos reunirmos domingo, segunda, terça e quarta-feira faremos a caminhada. 29, 30, 31 dia 1º de junho a caminhada.

Geo: Concordo com a proposta da Leila, o importante é ter um momento da Comissão com uma plenária geral composta por todos os pontos possíveis, seria um pré fórum, uma plenária geral de mobilização cultural.

Erico: Concordo, quem puder pode chegar no sábado, para uma plenária nacional aberta para todos os pontos disponíveis.

2ª proposta: Daniel: O papel dessas pessoas que estão em suas regiões na caravana. Podemos inverter a situação: vamos em caravana para Brasília para fazermos primeiro o ato. Fazemos a assembléia e depois a Comissão permanece fazendo mais três dias de reunião. Atualizar a base na raça. O ato seria na quarta e reunião quinta sexta e sábado.

3ª proposta: Lindemberg: acho importante que a Comissão esteja um dia antes reunida, depois vai para a caminhada e depois volta para a reunião. O ato seria no meio da reunião.

Leri: Apresenta um questionamento: É viável para a maioria ficar quatro dias em Brasília com gastos próprios? Temos vindo em finais de semana, pois temos outros trabalhos e fica difícil vir dias de semana. Para termos a adesão da maioria, avalio que não seria uma boa proposta, tanto do ponto de vista financeiro como profissional.

Geo: O pontão tem esses dados, para sabermos como vamos correr atrás para virmos. Temos esse valor para nos prepararmos.

Foram apresentadas três propostas:

Mesa:

1) A primeira coisa que temos que decidir é se o ato vai ser na chegada, depois ou no meio do encontro. Depois decidimos as datas. O importante é o impacto da caravana.

2) Ou Chegamos e nos preparamos para recebermos a caravana que chegará no dia seguinte.

Colocada em votação as duas propostas:

Luciano: outra proposta: fazermos uma marcha dos pontos de cultura à Brasília temos que ter duas coisas, uma equipe daqui se organizando e uma base. Deveríamos dividir uma comissão menor para trabalhar. A subcomissão de produção é pra isso. Vamos mobilizar. Dar tarefas para as subcomissões já existentes.

Tínhamos dois conceitos agora é um só: a sub de produção já estará organizando a vinda da marcha. Quando o pessoal chegar já vem direto pra marcha. É consenso?

Plenária: Simmmmm – Decisão aprovada por unanimidade

Data da marcha: terça ou quarta- dia 25 de maio. Plenária dia 25 à noite. A reunião acontecerá dia 26 e 27. Subcomissão de produção verá a logística para todas as caravanas chegarem juntas. No período da noite será realizada a grande plenária. As caravanas vão embora e continuamos com a Comissão mais dois dias.

Doci: Como vamos trabalhar a divulgação em nossos Estados? A subcomissão de Comunicação precisa avançar. A subcomissão de Produção vai cuidar disso, mas temos que pensar o número de pessoas que vamos trazer dos nossos Estados. É muito longe e temos que dormir uma noite em Brasília.

Mário: A subcomissão de produção junto com o pontão vão ver a melhor logística pra que isso aconteça.

Fellipe Redó: A subcomissão de Mobilização ficará responsável por isso. Assim a data da Marcha rumo à Brasília está marcada para 25 de maio.

Discussão das propostas das sete subcomissões:

Representantes (relator e secretário) das subcomissões:

Leri – **Sustentabilidade**

Andréa - **Sustentabilidade**

Morgana – **Pesquisa e Memória**

Leandro Nery – **Pesquisa e Memória**

Marly – **Produção**

Estela (ES) – **Produção**

Leila – **Mobilização**

Felipe Redó – **Mobilização**

Lucimar – **Articulação**

Alice – **Articulação**

Gal – **Comunicação**

Newton – **Comunicação**

Zé da Paz – **Legislação**

Jaqueline – **Legislação**

Relatores: Denísia Martins, Andréa Freire, Marly Cuesta, Wagner Coriolano, Jacqueline Baumgratz, Cíntia Salviano e Lucimar weil.

É importante ressaltar que todas as análises, propostas e sugestões elaboradas pelas subcomissões ainda não foram consensuadas (não foram discutidas em plenária final), como foi previsto no início dos trabalhos.

1. Análise de conjuntura do novo governo (Dilma Rousseff) e seus reflexos no Ministério da Cultura e suas regionais:

Dados da ONG *Contas Abertas* (contasabertas.uol.com.br) apontam que a presidenta Dilma Rousseff recebeu como herança da gestão anterior dívidas na ordem de R\$ 137 bilhões. Deste montante, R\$ 600 milhões correspondem a dívidas do Ministério da Cultura. Do total de dívidas contraídas pelo Ministério da Cultura, apenas 70 milhões são da SCC, ou seja, pouco mais de 10 por cento do total da dívida da instituição. Tudo isso para realizar um dos programas de maior visibilidade do Ministério. Reconhecendo que houve falhas, não se pode afirmar que a gestão do Ministério da Cultura, particularmente da SCC, tenha sido desastrosa, a ponto de comprometer o desenvolvimento e a qualidade do Programa Cultura Viva.

O Governo Federal fez um corte cirúrgico no Orçamento Geral da União. Nessa perspectiva, o Ministério da Cultura foi penalizado com a redução de 50%??(não é 25%) de seu orçamento. Não obstante, percebe-se que existe, concretamente, um processo de desvalorização dos Pontos de Cultura, ação orquestrada para enfraquecer o movimento, contrariando o discurso de campanha da presidenta Dilma Rousseff, que apontava para a continuidade das políticas públicas para a Cultura.

Análises das propostas das sete subcomissões

Elaborar um documento para a ministra da Cultura Ana de Hollanda e para a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior,

apresentando as boas-vindas e solicitando uma audiência com o Pontão da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, com data previamente agendada, uma vez que a ministra não compareceu à reunião ordinária de Pirenópolis, marcada com antecedência, conforme convite protocolado em tempo hábil no Ministério da Cultura, o que impossibilitou a discussão sobre os cortes do orçamento, que dificultam o coletivo integrante do Programa Cultura Viva.

Elaborar um documento destinado à presidenta Dilma Rousseff, repudiando o corte significativo no orçamento da Cultura. Todavia, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deve discutir o orçamento global do Ministério da Cultura, e não apenas aquele destinado a programas aos quais estamos inseridos.

Elaborar duas cartas:

- 1) aos representantes da Frente Parlamentar no Congresso Nacional e em todas as instâncias estaduais, com o objetivo de mobilização nacional para a Campanha da Lei Cultura Viva;
- 2) à Ministra, com intenção de entrega no dia 30 de março de 2011, quando a Frente Parlamentar de Cultura será empossada no Congresso, ocasião na qual a Ministra da Cultura se fará presente.

Propor à Frente Parlamentar, que peça uma agenda com a Presidenta Dilma Rousseff, para discutir o orçamento do Ministério da Cultura, bem como uma agenda para a articulação com Ministra Ana de Hollanda. Todas as ações ligadas às discussões referentes aos cortes do orçamento no setor cultural devem envolver o Ministério de Planejamento.

Fazer Consultas Públicas, em páginas da internet, bem como abrir diálogo com o Governo, via Secretaria Geral da Presidência (Gilberto Carvalho) e com a Frente Parlamentar da Cultura.

Estabelecer uma nova relação do Estado com a Sociedade Civil organizada, oferecendo subsídios para um novo Marco Legal. Essa mobilização das bases e articulação política são fundamentais para a sustentabilidade do Programa Cultura Viva.

Cada representante da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deve enviar entre 5 e 10 emails, com a logomarca da Comissão Nacional dos

Pontos de Cultura, para os parlamentares de seus Estados. E escolherem um ou dois parlamentares para um corpo a corpo, a fim de encaminharem essas demandas para o Congresso.

Estudo e consulta legislativa sobre a minuta da Lei Cultura Viva. Verificar a inclusão de orçamento e definir a escolha dos representantes à Frente do Congresso Nacional e nas instâncias estaduais e municipais.

Desenvolver Ação Estratégica da Campanha Lei Cultura Viva, das demais iniciativas legislativas (PECs, novo Marco Legal, Lei de Convênio, Lei Ação Griô, entendendo a Lei Ação Griô como uma ação que faz parte da Lei Cultura Viva) juntamente com outros segmentos do Terceiro Setor.

Construir pauta legislativa nacional em todos os estados com as seguintes ações:

- Criação de Comitês Estaduais para Campanha da Lei Cultura Viva;
- Realização de rodadas de audiências públicas;
- Agendamento de reunião com Fátima e Jandira (Frente Parlamentar de Cultura), com o objetivo de estabelecer estratégia e cronograma de audiências públicas.

Realizar seminários nas cinco regiões do País tendo em vista a formação político-cultural e informativa da ação Cultura Viva. (Com data a ser para a segunda quinzena do mês de julho).

Criar uma mobilização nacional (ex.: Dia do Ponto! ou Dia Cultura Viva!) para se fazer conhecer, pela sociedade em geral, o Programa Cultura Viva.

Criar um vídeo apresentando à sociedade brasileira a importância da Lei Cultura Viva.

Pesquisar se o decreto presidencial, que determinava a não incidência de cortes sobre o Fundo Nacional de Cultura, foi revogado visto que o Fundo sofreu um corte de 50%.

Encaminhar ao Secretário Geral da Presidência da República a solicitação de anistia, para os conveniados com o Programa Cultura Viva, que

executaram o objeto do Plano de Trabalho de seus Projetos, devidamente aprovados pela análise da Prestação de Contas Física.

Transformar em notícia a análise de conjuntura de todas as subcomissões para o boletim da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e divulgação na mídia.

Membros da Comissão tem legitimidade para indicar nomes a qualquer cargo público, ainda que sem acordo sobre o tema (necessária melhor reflexão sobre o caso pela Comissão Nacional dos Pontos de Cultura).

Refletir sobre as mudanças na gestão pública, considerando que os problemas foram gerados devido às mudanças bruscas, com características de ruptura, quando poderia ter sido um processo de forma gradual.

Estabelecer uma relação amistosa com nova equipe do Ministério da Cultura, de modo propositivo, ao mesmo tempo, em que devemos estreitar relação com a Ministra, que não pode se furtar ao diálogo com os movimentos culturais do país.

Ao fazer a crítica com profundidade, precisamos refletir também sobre a gestão anterior. As dívidas do Ministério da Cultura para com os Pontos não foram geradas nessa nova gestão.

Incentivar discussão e mobilização sobre a Lei do Direito Autoral, tendo em vista a democratização dos bens culturais. A proposta da nova lei do direito autoral é considerada uma garantia de acesso aos bens culturais. A posição da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura deverá ser uma relação justa entre os trabalhadores da Cultura e o direito ao acesso.

Apresentar dados concretos sobre os benefícios do Programa Cultura Viva, sua manutenção, aprimoramento e expansão nos próximos 20 anos. Para isso, devemos produzir um documento que enumere dados como: investimento necessário, o tempo da sua manutenção e a perspectiva de retorno, no que se refere a inclusão social, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população.

2. Avaliação do funcionamento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, suas subcomissões e o Conselho Político/Executivo.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura precisa se comprometer com o trabalho, do início ao fim, com efetiva participação de todos os representantes.

Verificar em cada Grupo Temático a relação entre a atuação e a resolução conceitual, identificando as sobreposições e pertinências. Cada Grupo de Trabalho deve definir suas atribuições e área de atuação, de forma a orientar os Pontos de Cultura e militantes para opção por estes segmentos. Esta definição conterà entre 3 e 5 linhas e será disponibilizada nos materiais, convocatórias e na página da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Os planos de trabalho servirão de base para avaliação a partir dos resultados obtidos com as ações previstas.

Verificar, junto ao cadastramento dos Pontos (atual e futuro), quais as áreas de interesse dos Pontos de Cultura que ainda não constam como grupos temáticos. Com essa informação a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura poderá abrir um debate de criação, fusão de Grupos de Trabalho. Para tanto, será necessária a adesão de, no mínimo, 30 Pontos, representando, aproximadamente, 1% do número total Pontos de Cultura (2011). O Fórum Nacional dos Pontos de Cultura é a única instância para a proposição de alteração de nomes, criação, extinção e fusão de Grupos de Trabalho.

Os representantes estaduais ficarão responsáveis para identificar os grupos temáticos, a fim de subsidiar a discussão nos Estados dessa forma articulando com os Grupos de Trabalho.

Os Pontos de Cultura, candidatos a integrarem os Grupos de Trabalho, devem desenvolver ações que apresentem afinidades com a missão e atribuições do Grupo de Trabalho, explícitas no Projeto/Plano de Trabalho do Ponto.

Em relação ao Grupo de Trabalho de Patrimônio Material e Imaterial, que haja avaliação de fusão em um único Grupo de Trabalho Memória e Patrimônio, considerando que atualmente o Grupo de Trabalho de Patrimônio Imaterial se encontra sem representação, com ações e articulação prejudicadas. Essa é uma questão regimental e não compete à

reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e sim ao Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, de acordo com o Regimento Interno.

A Comissão Nacional dos Pontos de Cultura apresentará relatórios ao Fórum Nacional de Pontos de Cultura propondo a extinção, fusão e criação de novos Grupos de Trabalho, bem como dará a publicidade aos novos Grupos de Trabalho acolhidos pela Comissão Nacional na reunião de novembro de 2010.

Incentivar a participação de redes e grupos culturais que tenham identidade com o Movimento de Ponto de Cultura nos Grupos de Trabalho, desde que não represente o Grupo de Trabalho na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. De acordo com o Regimento Interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura apenas representantes de Pontos de Cultura conveniados podem ser representantes na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

As decisões deliberadas nas reuniões da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura estão sujeitas às mesmas considerações do Regimento Interno e, daqui pra frente, dos Critérios e normatizações que estão sendo elaborados pela Subcomissão de Legislação.

Propomos que a plenária delibere sobre a continuidade ou não do Conselho Político/Executivo neste novo cenário em que aparecem as subcomissões como novo processo de fortalecimento do movimento.

O Art. 12 – Dos princípios regimentais – da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura prevê que os representantes dos Grupos de Trabalho terão autonomia para elaboração de pauta, programação, metodologia de ação e organização de suas redes específicas, desde que observados os objetivos da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e a pauta política do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura, ambas expressas nas resoluções do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura e no Regimento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Atualmente são 57 assentos deliberados na Comissão Nacional de Pontos de Cultura (27 dos estados e 30 temáticos), que foram eleitos no III Fórum

Nacional, conforme Princípio Regimental. O número de representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não será alterado até a realização do próximo Fórum. Esses números já contemplam os Grupos de Trabalho criados no III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura realizado em Fortaleza em 2010.

Os novos Grupos de Trabalho de redes sociais com atuação efetiva poderão ter assento na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura pela representação direta.

No próximo Fórum Nacional de Pontos de Cultura a proposta de criação, extinção, fusão ou mudança de nome de GRUPO DE TRABALHO deverá ser apresentada à mesa para prévia avaliação, subscrita por no mínimo 5% de Pontos de Cultura presentes. Após avaliação, a mesa encaminhará à plenária geral para votação.

Em caso de alteração da formatação dos Grupos de Trabalho, seguiremos o artigo 26, do Regimento do III Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que diz: “Cada GRUPO DE TRABALHO terá sessenta dias (60) dias, após a eleição da nova Comissão, para apresentar um plano de trabalho, com metas para o biênio. O GRUPO DE TRABALHO que não apresentá-lo, não será reconhecido e não se efetivará. A entrega do Plano de Trabalho é o que dará sustentação a sua efetivação”.

Os Planos de Trabalho dos Grupos de Trabalho devem conter os seguintes tópicos:

- Apresentação;
- Composição;
- Objetivo;
- Cronograma de Metas
- Orçamento (se necessário);
- Resultado.

Diante do exposto a subcomissão de Legislação deverá encaminhar estes critérios para aprovação na Plenária do IV Fórum Nacional dos Pontos de Cultura. Se aprovados, orienta que já nessa mesma plenária, sejam feitas as reorganizações, criados os novos Grupos de Trabalho, de acordo com critério de representatividade e do regimento da Comissão Nacional dos

Pontos de Cultura. A Subcomissão de Legislação apresentará um estudo prévio para referência à constituição dos Grupos de Trabalho.

Quanto a escolha dos representantes tanto dos Grupos de Trabalho já encaminhados à Plenária do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, quanto dos que vierem a surgir não poderão ter assento na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, até que sejam referendadas no Fórum Nacional seguinte.

Pelo critério de representatividade efetiva poderão ser incluídos mais Grupos de Trabalho no Fórum Nacional de Pontos de Cultura. E pela falta de representação e trabalhos que integrem os Grupos de Trabalho poderão ser extintos, inclusive os Grupos de Trabalho com seus representantes estaduais na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

ANÁLISE DE CONJUNTURA (EIXO EXTERNO)

- Construir Pauta Legislativa Nacional com replicagem em todos os estados: Criação de Comitês Estaduais para Campanha da Lei C.V.
- Precisamos desenvolver Ação Estratégica da Campanha da Lei Cultura Viva e Marcos Regulatórios (Ex.: Lei de Convênio);
- Carta de resposta à Ministra da Cultura Ana de Hollanda abre a impossibilidade de sua presença na reunião da CNPDC;
- Encaminhamento à Frente Parlamentar com prioridade a Lei Cultura Viva e sua Campanha;
- Criação de uma mobilização nacional (ex.: Dia do Ponto! ou Dia Cultura Viva!) para se fazer conhecer;
- Estudo e consulta legislativa sobre a minuta da Lei do Programa Cultura Viva. Verificar se haverá inclusão de orçamento e definir a escolha dos representantes à Frente do Congresso Nacional e nas instâncias estaduais e municipais.
- Marcar reunião com Fátima Bezerra e Jandira Feghali para estabelecer estratégia e cronograma de audiências públicas;
- Elaborar duas cartas, sendo uma aos representantes da Frente Parlamentar no Congresso Nacional e em todas as instâncias estaduais com o objetivo de mobilização nacional para a Campanha da Lei Cultura

Viva; e outra para a ministra com intenção de entrega no dia 30 de março de 2011 quando a Frente Parlamentar de Educação e Cultura será empossada no Congresso com a presença da Ministra de Cultura;

- Criação de um vídeo apresentado à sociedade brasileira quanto a importância da Lei Cultura Viva;
- Buscar diálogo com a Frente Parlamentar sempre que possível com a presença de representantes da CNPdc;
- Articulação da Bancada Estadual com a Pauta Legislativa Nacional;
- Proposta de uma Comissão de sete (7) pessoas, uma de cada subcomissão da CNPdc, que fará o diálogo com a Frente Parlamentar, integrando seu Conselho Consultivo de forma Colegiada, bem como a criação de uma agenda para audiências públicas, Zehma se colocou a disposição para representar a Subcomissão de Legislação no Conselho Consultivo da Frente Parlamentar de Cultura. Sugestão de Zehma ainda aguardando validação dos representantes da subcomissão, conforme a Atinha entregue e já disponível no Sistema de Comunicação da CNPdc (<http://pontosdecultura.org.br/documentos/ata-da-subcomissao-de-legislacao-da-cnpdc/>).

Para que a Subcomissão de Articulação possa empoderar-se da situação de cada rede Estadual, pedimos aos representantes enviarem a essa subcomissão um diagnóstico rápido da situação do processo de articulação no seu Estado, respondendo às questões:

- 1 – Como está a relação do representante Estadual com os demais pontos do Estado?
- 2 – Quais as dificuldades de articulação que a rede está passando?
- 3 – Existe alguma experiência exitosa a ser citada?
- 4 - Que contribuição a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura pode dar para fortalecer esse processo de articulação na sua rede?
- 5 – Quais as ações de articulação entre a rede de Pontos de Cultura e as instâncias do poder público e espaços de políticas públicas culturais (governo estadual, municipal, Legislativo, fóruns e conselhos de cultura)?**

6 – Solicitamos informações sobre Convênios, Prêmios e Bolsas pendentes junto ao poder público. **(Prazo até 30/04/2011). Esse item foi respondido pelos representantes do Ministério da Cultura: Cesar Piva e Antônia Rangel, com apresentação de um cronograma de pagamentos.**

Definir o papel das subcomissões, formular as atribuições, elaborar uma minuta para inclusão no Regimento Interno da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Foram encaminhadas duas propostas pela à plenária para proceder a votação:

- 1) Limitar a participação dos membros da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura a apenas uma subcomissão, facultado aos suplentes a participação em outra subcomissão, para que cada um possa contribuir com o debate conforme suas afinidades. **21 votos (Aprovada)**
- 2) O suplente deve fazer o papel de suplente e quando substituir o titular deve integrar a mesma subcomissão a qual o titular é vinculado. **14 votos**
Abstenções: **05 votos**

Inserir no Regimento do Fórum Nacional de Pontos de Cultura e da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura: a criação e a composição do Conselho Político/Executivo; Novas considerações sobre a criação e extinção de Grupos de Trabalho; Regulamentação e Plano de Trabalho dos Grupos de Trabalho e das Subcomissões.

Aperfeiçoar a comunicação nas subcomissões. Nesse sentido propomos que cada subcomissão deve ter um relator e que esse publique um relatório quinzenal na rede.

É preciso deliberar sobre:

Manutenção do Conselho Político com alteração de nome para Comitê Gestor.

Caberá ao Comitê Gestor representar as subcomissões internamente na Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

Quanto à representação externa da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, será determinada pontualmente em cada situação específica.

O Conselho Político deverá tornar-se efetivo e atuante, definindo uma metodologia de ação para cada instância da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura (planos de trabalho, metodologia e contribuições com conteúdo visando aprimoramento da formação política). Esse Conselho deverá atuar somente no momento do interesse coletivo, em consonância com a deliberação das subcomissões.

Definir as suas atribuições do Conselho Político, com a entrega da minuta também no dia 20/03/2011.

Como nas reuniões das subcomissões não houve acordo sobre a necessidade desse Conselho, a mesa encaminhou à plenária duas propostas:

1) Manutenção do Conselho Político com a oficialização do nome para Comitê Gestor com a função de acompanhar e dividir os trabalhos com o Pontão de Articulação da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, garantindo agilidade. **12 votos**

2) Extinção Conselho Político independente da função e/ou alteração de nomes: **28 votos**

Abstenções: 04

Foram propostas algumas bandeiras de luta que devem ser assumidas pelos integrantes do Programa Cultura Viva e estão descritas a seguir, conforme foi sugerido pela plenária.

ANISTIAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR – CONTINUIDADE COM MELHORIAS. Essas são bandeiras importantes para todos os Pontos de Cultura e foram apresentadas como ações as seguintes propostas:

Dia 18 de abril: Ato nacional nas capitais dos 27 estados. Fazer atos nas regionais do Ministério da Cultura, nos estados que tiverem e onde não

houver realizar o ato em espaços tradicionais de manifestações artísticas e políticas.

Dia 25 de maio: Caravana Pontos de Cultura rumo a Brasília, para discutir com os setores competentes à continuidade do Programa Cultura Viva com melhorias.

Lemas: ANISTIAR, AMPLIAR E DEMOCRATIZAR.

Dia 25 maio no horário comercial: Agendamento de audiência com Gilberto Carvalho e Presidenta Dilma e ocupação da esplanada dos ministérios pelos Pontos de Cultura de todo país.

Noite: Plenária com os pontos presentes.

26 e 27 de maio – Reunião da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, a fim de avaliar as atividades e programar novas ações diante do quadro político atual.

Abaixo, os lemas que poderão incluir nossos releases que são importantes estão explicados. Claro que cada estado poderia incluir outros temas, mas é importante termos uma base para acrescentarmos as especificidades.

ANISTIAR

Cada caso deve ser analisado e ver que na grande maioria não são os Pontos que tem problemas com o Marco Legal, e sim o Marco Legal que tem problemas com os Pontos. Cobrando a partir da Lei 8.666 as mesmas obrigações que uma prefeitura, um estado ou uma grande empresa tem quando estabelece um convênio com o Governo.

Devemos incluir também os pagamentos atrasados de todos os editais. Temos que mostrar os benefícios e saldo político alcançados com a efetivação do Programa Cultura Viva são maiores do que o valor financeiro (irrisório se comparados aos IPIs pra montadoras, aos R\$ 4 bilhões pro banco Silvío Santos, a anistia ao agronegócio e tantos outros), a avaliação do Governo não deve ser apenas quantitativa mas qualitativa

sobre o Programa Cultura Viva. Que outros programas tiveram maior eficiência e potência política, como demonstra a pesquisa do IPEA e outras que podem ser interessantes economicamente ou até mais profunda, pode ser um fato, mas os benefícios provocados pelos pontos vão além de benefícios econômicos. Os problemas de ONG's somam somente 3% do montante das grandes empresas.

AMPLIAR

Trabalhar politicamente a anistia e o lançamento de novos editais. Não temos de esperar como nos foi afirmado anteriormente "antes de fazer editais tenho de fazer análise da situação dos Pontos para só depois fazer novos editais". Ou seja, mais um argumento técnico/gestão, desmobilizador da rede que a cada dia se efetiva. A partir dos critérios e conceitos criados com o Programa Cultura Viva, deve-se conforme promessa da Presidenta Dilma Rousseff ampliar o número de Pontos de Cultura. Temos que ir resolvendo esses problemas estabelecendo diálogo com Gilberto Carvalho; utilizando novos formatos de editais, pois eles existem e não precisamos reinventar a roda, temos apenas que aperfeiçoar nossas ferramentas.

DEMOCRATIZAR

No bojo desta anistia devemos debater com Gilberto Carvalho e outros movimentos sociais – vários deles MST, ABONG – tiveram reunião com Lula, justamente sobre esta temática. O problema dos Pontos não é só um dos Pontos, mas da democracia, ou seja, da falta de democracia e não gestão, que atenda às demandas do movimento social. Aqui devemos incluir todas as propostas de democratização como a aprovação da Reforma da Lei dos Direitos Autorais (LDA), Plano Nacional de Cultura, Minha Sede Minha Vida (em resposta ao programa das BAC's), CC, Cultura Digital entre outras. Discutir a elaboração de editais mais democráticos e participativos. Garantir que o Governo PAGUE MESMO permanentemente os Pontos de Cultura. Os governos TODOS – da ditadura a Lula – PAGARAM as empreiteiras e a indústria automobilística

com discurso de que é importante lutar contra o desemprego e que essa política é uma "linha macro". Os Pontos também garantem trabalho e geração de renda a uma grande parcela da população.

Solicitar ao Ministério da Cultura a criação de uma página atualizada diariamente, com a relação de todos os repasses de recursos previstos nos editais, contendo as seguintes colunas: “data contratada”, “período de atraso”, “previsão do pagamento” e “alteração da previsão de pagamento”. Recomendar aos Pontos que dêem publicidade a essas informações, usando todos os meios possíveis, buscando torná-las acessíveis também à comunidade.

- Destaque para o Fórum Nacional e para os Fóruns Estaduais, que aconteçam simultaneamente para produzir conteúdos e documentos para a Teia Nacional. (Não houve compreensão da proposta por parte da relatoria de Denísia)
- Geração de outras fontes para fundo de mobilização a fim de fortalecer a autonomia do movimento - por meio de feiras, espetáculos, doações, parcerias, entre outros.
- Reinventar o nosso processo, esse é o protagonismo real.
- Produzir documentos com diretrizes, bandeiras e princípios do Movimento Nacional dos Pontos de Cultura para serem distribuídos.

Prioridade:

- Fortalecer a comunicação política do movimento;
- Concluir o Cadastro Nacional dos Pontos de Cultura;
- Lançamento do Movimento Nacional Cultura Viva;
- Sustentabilidade a partir de ações conduzidas pelo Movimento.

Com a aproximação do horário de embarque de vários representantes da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e cumprindo o acordo de que após a saída de um dos representantes, por motivo de horário de

embarque, a reunião seria encerrada, a palavra foi passada ao Pontão de Articulação da Comissão, para suas considerações finais.

Patricia: Começa agradecendo a participação de todos à reunião e compartilha com os presentes sobre as dificuldades encontradas na relação da COEPi (entidade proponente do Pontão de Articulação) com a CNPdC onde compreende que a COEPi e o Pontão cumpriram com a tarefa que se propuseram na parceria mas entende que CNPdC não cumpriu com a sua parte. A CNPdC deve reavaliar sua postura diante dessa posição de sobrecarga de trabalho e desinteresse em assumir as tarefas que competem à Comissão e não ao Pontão. A fala foi bastante emocionada, e ela propõe uma pergunta a todos os representantes para que se proceda a reflexão, antes que a COEPi defina sobre a continuidade ou não de sua instituição na função que exerce atualmente.

Qual a divisão de papéis entre a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura e Pontão Articulação da Comissão?

Mário: Descreve brevemente o objetivo do Pontão: Garantir independência em relação ao Ministério da Cultura. Não tinha como função fazer gestão. Contudo, a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura não assumiu a sua independência transferindo a relação de conforto que havia quando a SCC se responsabilizava pela realização de nossas reuniões para o Pontão. Na realidade a Comissão não se apropriou do Pontão, apenas transferiu uma responsabilidade. Mário afirma que está distante, porque mora em Brasília e reconhece que a sobrecarga de trabalho da COEPi é grande. É o momento de a Comissão assumir o papel de gestora de suas ações.

Daniel: Ainda não há uma compreensão por parte dos Pontos de Cultura e da própria Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, o que significa o Pontão de Articulação. Esse é um esclarecimento que se faz necessário.

Maria Fulgência: Muitas vezes as contribuições não chegam pela falta de informações às solicitações encaminhadas pelo Pontão via lista da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura. Falta interesse por parte de todos os representantes em contribuir com as discussões.

Chacon: Éramos acomodados quando a Secretaria da Cidadania Cultural articulava as nossas reuniões e agora transferimos essa acomodação diante do trabalho que vem sendo executado pelo Pontão. Quando a COEPi vai definir se continua ou não como proponente do Pontão?

Morgana: Sugere a continuidade da reunião no ambiente virtual: sistema de comunicação, o que foi acatado pelo pleno da reunião.

Sendo que alguns dos presentes tinham que se ausentar da reunião, a mesma foi encerrada.

Pirenópolis, vinte (20) de março de 2011. Assinam essa ata Denísia Martins Borba, Cíntia Savoli, Wagner Coriolano, Patricia Ferraz, Mário Brasil, Jussara Pinto, Walter Cedro, Chico Simões, Alexandre Santini e os representantes presentes na reunião, descritos abaixo:

LAÉLIA MARIA RODRIGUES DA SILVA (GT ACRE)
MARIA DAS GRAÇAS S. MONTEIRO (GT ALAGOAS)
IRAN LIMA DE SOUSA (GT AMAPÁ)
LUCIMAR DE SOUZA WEIL (GT AMAZONAS)
LUIZ CARLOS MENEZES DANTAS (GT BAHIA)
JOSÉ ROBERTO BEZERRA MARIANO (GT CEARÁ)
MATEUS GUIMARÃES (GT DISTRITO FEDERAL)
ESTELA MARIS CASARA (GT ESPÍRITO SANTO)
VIRGÍLIO ALENCAR (GT GOIÁS)
MARIA JOSÉ DE LIMA SOARES (GT MARANHÃO)
LEANDRO NERY FERNANDES (GT MATO GROSSO)
ANDRÉA ESCOBAR FREIRE (GT MATO GROSSO SUL)

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA (GT MINAS GERAIS)
ANTÔNIO NILTON RODRIGUES SILVA (GT PARÁ)
ALICE MONTEIRO LIMA (GT PARAÍBA)
ÉRICO MASOLI T. PEREIRA (GT PARANÁ)
FABIANO SANTOS DA SILVA (GT PERNAMBUCO)
GILVANO DA SILVA QUADROS (GT PIAUÍ)
CÉLIA DE FÁTIMA PINHEIRO MOREIRA (GT RIO DE JANEIRO)
RODRIGO CESAR SOUZA DE MACEDO (GT RIO GDE DO NORTE)
MARLY CUESTA TÉLLES DE CONTI (GT RIO GDE DO SUL)
RAIMUNDO JOSÉ FERREIRA DE MELO (GT RONDÔNIA)
RAIMUNDO NONATO CHACON (GT RORAIMA)
LINDEMBERG MONTEIRO (GT SERGIPE)
ODIMAR DOS SANTOS GUIMARAES (GT TOCANTINS)
MARIA DOS ANJOS MENDES GOMES (GT AÇÃO GRIÓ)
DAVY ALEXANDRISKY (GT AUDIOVISUAL)
FABRÍCIO SOUZA BARBOZA (GT CAPOEIRA DE ANGOLA)
CAMILO TORRES (GT CIRCO)
JACQUELINE BAUMGRATZ GONÇALVES (GT CRIANÇA E ADOLESCENTE)
MARIA FULGÊNCIA S. BOMFIM (GT CULTURA DE PAZ)
DANIEL MAROSTEGAN E CARNEIRO (GT CULTURA DIGITAL)
ANDERSON OLIVEIRA DOS SANTOS (GT DANÇA)
ISABEL CRISTINA ALVES (GT ECONOMIA SOLIDÁRIA)
CLAUDIO MÁRCIO PAOLINO (GT ESCOLA VIVA)
FELLIPE REDÓ G. LEITE (GT ESTUDANTES)
LEILA REGINA LOPES (GT GÊNERO)
JOSÉ MARIA REIS E SOUZA JÚNIOR (GT GRUPO AMAZÔNICO)
JACKSON BRUM (GT HIP-HOP)
FÁBIO KOSSMANN (GT JUVENTUDE)
GERALDO BRITTO LOPES (GT LEGISLAÇÃO)
MARIA DE FÁTIMA NASCIMENTO GAMA (GT LGBT)
MARIA ANTONIA COSTA DE OLIVEIRA (GT LITERATURA) OK
ADERBAL MOREIRA COSTA (GT MATRIZ AFRICANA)

MORGANA ENEILE TAVARES DE ALMEIDA (GT PATRIMÔNIO MATERIAL)
LUCIANO GONÇALO DA SILVA (GT PONTÕES E ART. DE REDE)
CIRLENE BEZERRA DE MENEZES (GT RADIOS COMUNITÁRIAS)
GERSON GONZALEZ (GT RIBEIRINHOS)
LERI FARIA JUNIOR (GT SUSTENTABILIDADE)
JOELI MILHORANÇA (GT TEATRO)